É UMA QUESTÃO DE VALORES DE PESSOAS. HÁ PESSOAS QUE NÃO CONCORDAM COM A HOMOSEXUALIDADE, NÃO ACEITAM AS MINORIAS SEXUAIS E, SENDO PESSOAS COM BASTANTES PODERES, SIMPLESMENTE DISSERAM QUE "NÓS NÃO QUEREMOS QUE ESSA ASSOCIAÇÃO SEJA LEGALIZADA". NADA TEM A VER COM LEI, APENAS COM PESSOAS BEM POSICIONADAS NO NOSSO SISTEMA.

- ROBERTO PAULO

DE PRECONCEITO À DISCRIMINAÇÃO: DESAFIOS DE ACTIVISMO LGBT EM MOÇAMBIQUE | ENTREVISTA COM ACTIVISTA FEMINISTA ROBERTO PAULO

FROM PREJUDICE TO DISCRIMINATION: CHALLENGES OF LGBT ACTIVISM IN MOZAMBIQUE | INTERVIEW WITH FEMINIST ACTIVIST ROBERTO PAULO

Alberto João Nhamuche[1]
Maria Manuel Baptista[2]
Hélia Bracons Carneiro[3]

Resumo: a presente comunicação é uma parte da fase empírica de tese (em curso) do Programa Doutoral em Estudos Culturais, do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, do Departamento de Línguas e Culturas, da Universidade de Aveiro. O seu propósito é analisar o processo de apropriação das plataformas digitais, pelo movimento feminista, no âmbito de promoção do seu activismo, em Moçambique. Em conexão com a natureza do campo da investigação, optamos por metodologia de cariz qualitativo. Para tal, procuramos a literatura crítica que pudesse suportar-nos na compreensão da temática em alusão, tendo, seguidamente, partido para pesquisa empírica, observando, na rede social Facebook, a página da organização feminista Associação LAMBDA, uma organização moçambicana que advoga pelos direitos humanos das pessoas LGBT em Moçambique. A sistematização dessa observação permitiu o levantamento de questões que serviram de base para elaboração de guião de entrevista em profundidade, realizada com a liderança dessa associação, Roberto Paulo. Da conversa, que durou cerca de duas horas, em 24 de Janeiro de 2022, na sala de reuniões da Associação, as informações recolhidas levam a considerar que o movimento LGBT em Moçambique apropria-se das plataformas digitais, no seu activismo e o Facebook é uma rede social com poder de não só possibilitar a quebra de barreiras geográficas, como também e sobretudo permite um feedback permanente dos membros das organizações activistas e a sua articulação com a sociedade. Por outro lado, de acordo comos mesmos dados, devido ao forte preconceito e discriminação sociais que enfrenta, e não obstante a sua existência, o sucesso do activismo LGBT demonstra-se como uma realidade (ainda) distante, em Moçambique.
Palavras-chave: movimento feminista; activismo digital; LGBT; preconceito; discriminação.

Abstract: this communication is a part of the empirical thesis phase (in progress) of the Doctoral Program in Cultural Studies, at the Center of Languages, Literatures and Cultures, Department of Languages and Cultures, University of Aveiro. Its purpose is to analyze the process of appropriation of digital platforms, by the feminist movement, in the context of promoting its activism in Mozambique. In connection with the nature of the research field, we opted for a qualitative methodology. For such, we looked for critical literature that could support us in understanding the theme in allusion, having then departed for empirical research, observing on the social network Facebook, the page of the feminist organization Associação LAMBDA, a Mozambican organization that advocates for human rights of LGBT people in Mozambique. The systematization of this observation allowed the raising of questions that served as the basis for the elaboration of an in-depth interview guide, carried out with the leadership of this association, Roberto Paulo. From the conversation, which lasted about two hours, on January 24, 2022, in the Association's meeting room, the information collected leads to the conclusion that the LGBT movement in Mozambique appropriates digital platforms, in its activism, and Facebook is a social network with the power to not only make it possible to break down geographic barriers, but also and above all allows permanent feedback from members of activist organizations and their articulation with society. On the other hand, according to the same data, due to the strong social prejudice and discrimination it faces, and despite its existence, the success of LGBT activism is shown to be a (still) distant reality in Mozambique.
Keywords: feminist movement; digital activism; LGBT; prejudice; discrimination.

[1] Doutorando em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro.
[2] Professora Catedrática, Universidade de Aveiro.
[3] Professora Associada, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

1 INTRODUÇÃO

Com base na presente comunicação, pretendemos apresentar uma parte da fase empírica de tese em curso, do Programa Doutoral em Estudos Culturais, da Universidade de Aveiro, cujo título é *Activismo feminista digital em Moçambique: Conquistas, desafios e perspectivas*.

É pertinente lembrar que a pesquisa tem em vista compreender a apropriação das plataformas digitais pelo movimento feminista no âmbito de promoção do seu activismo em Moçambique. Para o decurso do trabalho, trabalhamos com duas organizações feministas: a Rede Mulheres Jovens Líderes de Moçambique e a Associação LAMBDA. Portanto, dada a essência de cada organização, para o presente trabalho, apresentamos os dados da LAMBDA, sendo uma organização que advoga pelos direitos humanos das pessoas LGBT em Moçambique. Aliás, esta comunicação foi apresentada no III Congresso Online de Orgulho LGBTQ+.

Antes de transcrever a entrevista, importa-nos fazer uma breve descrição sobre o nosso entrevistado. Roberto Paulo nasceu em 16 de Maio de 1979 e fez o ensino primário, secundário e universitário, em Nampula. É formado em Pedagogia e Psicologia pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Em 2000, juntou-se à uma Rede de organizações que trabalhava na área de prevenção e combate ao HIV, tendo tornado-se coordenador dessa Rede ao nível da província de Nampula. Trabalhou muitos anos nessa posição de coordenador e, posteriormente, foi transferido para Maputo, para ocupar um cargo de âmbito nacional. Em 2014, juntou-se à LAMBDA, e, em 2020, foi designado director executivo da organização. Importa-nos afirmar que a entrevista foi gravada em áudio e video, no decurso. Captamos, também, com recurso à telefone, algumas imagens em forma de fotografia; tudo com autorização do sujeito entrevistado. O nosso objectivo era que servissem de suporte para a transcrição e consulta futura, de forma a facilitar a articulação nas análises descritiva e interpretativa pois, "uma vez realizadas as entrevistas, torna-se necessário transcrevê-las para papel" (GUERRA, 2006, p. 70).

Nesse sentido, no primeiro momento, transcrevemos, manualmente, o áudio directamente no computador, deixando espaços brancos nas passagens em que a audição não era clara; seguidamente, efectuamos a revisão do áudio e preenchemos os espaços deixados e, finalmente, redigimos os discursos de cada entrevista (Guerra, 2006). Segue, portanto, a respectiva entrevista, conduzida por mim, Alberto João Nhamuche.

Alberto João Nhamuche (AJN): Pode falar-nos do percurso da vida de Roberto Paulo, ou seja, onde nasceu, como cresceu até tornar-se activista social?

Roberto Paulo (RP): Muito obrigado! Meu nome é Roberto Paulo. Nasci em 16 de Maio de 1979, em Nampula. Fiz o ensino primário, secundário até universitário, também, em Nampula. E, por volta de 1998, eu juntei-me à uma associação juvenil denominada "Aros

Juvenil". E, na altura, começamos a realizar palestras nas escolas, em torno de HIV. Nessa altura (1998 - 2000), o combate ao HIV estava na fase embrionária. Lembro-me que, lá para os anos 2000, surgia o Conselho Nacional para o Combate ao HIV. Uma vez que em 1998 eu já tinha formação em activismo, em 2000 comecei a desencadear acções de formação de mais activistas, com vista ao desenvolvimento da organização. Então, fiquei por volta de dois ou três anos na Aros Juvenil. Ainda em 2000, juntei-me à uma Rede de organizações que trabalhava na área de prevenção e combate ao HIV. Na altura, fiquei coordenador dessa Rede ao nível da província de Nampula. Trabalhei muitos anos nessa posição de coordenador e, posteriormente, fui transferido para Maputo, para vir ocupar um cargo de âmbito nacional. Em 2014, eu juntei-me à LAMBDA. Mas ao longo desses anos, desenvolvi várias acções no âmbito da defesa dos direitos humanos e, em 2005, tive a sorte de participar em várias formações sobre género e diversidades sexuais. Portanto, o meu entender sobre minorias sexuais começou nessa altura e, graças a essas formações, mudei a minha forma de compreender. Isso acelerou cada vez mais a minha veia de defender as minorias sexuais. Ainda em Nampula, fiz vários treinamentos em género: falo de 2007, 2008, em que ensinavamos, em vários distritos, sobre a existência de minorias sexuais. Dávamos formações na àrea de igualdade de género, promoção de direitos das mulheres.

AJN: A Associação LAMBDA é uma organização de cidadãos moçambicanos que advogam pelos Direitos Humanos, sobretudo das pessoas LGBT: lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Poderia partilhar o motivo que levou a LAMBDA a lutar pelos direitos humanos, sobretudo das pessoas LGBT?

RP: Como dizia no meu histórico, eu comecei a trabalhar na área de HIV e, naquela altura, se ainda estiver me lembrando, o nosso país tinha muitos problemas em relação ao acesso antiretroviral. Nessa altura, se a memória não me trai, as pessoas que testavam positivo tinham que atravessar a fronteira para conseguir o tratamento na África do Sul porque em Moçambique ainda não tínhamos condições para garantir o acesso ao tratamento das pessoas que necessitavam. Eu, já naquela altura, juntei-me à outras organizações (algumas internacionais) e começamos a fazer pressão ao Ministério de Saúde para que assegurasse o tratamento para todas as pessoas pois aquelas (pessoas positivas) que não conseguissem deslocar para África do Sul, estavam condenadas. Lembro-me que, na altura, o ministro de saúde era Songane (Francisco Songane) e, até, fomos chamados de ilunaticos, no sentido que estavamos sonhando demais. Diziam que não era possível ter tratamento para todo o mundo. Mesmo assim, "batemos, continuamos a bater". Hoje em dia, em Moçambique, temos tratamento antirretroviral em todas as localidades. Significa que ficará percebido que a luta de tais ilunaticos fazia sentido pois visava fazer com que as pessoas sem posse tivessem acesso ao tratamento antirretroviral. Portanto essas lutas vem surtindo efeito pois,

por um lado é a população que tem acesso ao tratamento antirretroviral, por outro, é o governo que ganha porque está a proteger o seu povo. Isso fez com que, por exemplo, Moçambique passasse a receber apoios internacionais, possibilitando o acesso antiretroviral. Daí que essa veia de luta pelos direitos humanos e para que as pessoas tenham vida condigna foi evoluindo e, a ligação que se tem com as organizações internacionais, a ligação que se tem com diversos actores fora da nossa caixa, faz com que haja melhorias nos significados que se dão aos direitos humanos, minorias sexuais, liberdades. Ajuda-nos a compreender que precisamos lutar para que as pessoas possam usufruir dos seus direitos. Portanto, houve a necessidade de luta para garantir a observância e respeito dos direitos humanos, pois os direitos humanos são universais e aplicáveis à todos os cidadãos, independentemente de aspectos específicos que os diferenciam uns dos outros e no caso vertente, a comunidade LGBT em Moçambique tem os seus direitos humanos sistematicamente violados de diferentes formas, tendo como base para esta violação a identidade e expressões de género bem como a orientação sexual.

AJN: Consta no vosso site ou seja no site da LAMBDA que, em 2008, solicitaram reconhecimento e registo da associação, cujo pedido fora indeferido pelo então Ministério da justiça. Na sua opinião, quais foram os contornos que ditaram o indeferimento?

RP: A LAMBDA é uma associação moçambicana de defesa de minorias sexuais, fundada em 2006. E, dois anos depois, ou seja, em 2008, olhando para a lei das associações em Moçambique, foram organizados todos os documentos exigidos por lei, para o registo de uma associação. De facto, o processo deu entrada no Ministério da justiça e, até ontem, não teve resposta. Nunca houve resposta ou dizendo não ou dizendo sim. Pode ser que hoje liguem para dizer que já tem resposta. O pedido para registo de uma associação em Moçambique leva, em condições normais, volta de 45 dias. Mas este processo entrou em 2008 e todos os processos exigidos por lei foram apresentados, casos de registros criminais, cópias de estatutos, mas o Ministério continua no silêncio. E, de lá para cá, houve várias acções. Lembro-me que tínhamos um código penal que, nos seus Artigos 170 e 179 dizia que “é crime uma relação sexual entre duas pessoas como mesmo sexo”. Esse código era da Era colonial e Moçambique, já em 2014, fez a revisão do código penal e estes dois artigos foram removidos. Pode ter acompanhado que Moçambique, por volta dos anos 2015 e 2016 foi parabenizado à nível mundial pois foi considerado que Moçambique era dos poucos países de África que tinham descriminalizado a homosexualidade. Aqueles dois artigos abriam espaço para que dois homossexuais fossem criminalizados. Portanto, logo que Moçambique removeu, passou para a lista dos países que não criminalizam. Portanto, do ponto de vista legal, não há argumento que justifique a recusa de registo de uma organização que defende direitos humanos de minorias sexuais. Então, suspeitamos que a razão por detrás do silêncio era por causa do código penal. Mas isso foi revisto em 2014.

Tínhamos outro dispositivo, que era a lei das associações, que dizia que o "Estado não podia reconhecer uma associação cujo objecto é imoral. Mas o que é imoral para mim pode não ser para si. Então não existe moral colectivo. Cada um tem seus princípios, seus valores. Posto isto, apresentamos uma petição ao Conselho Constitucional recomendou a revisão da lei das associações para que esse artigo que dizia que o "Estado não podia reconhecer uma associação cujo objecto é imoral" fosse considerado inconstitucional. Isso foi feito em 2017. Ou seja, se olharmos, objectivamete, as leis em Moçambique, não há nenhuma que pode ser usada como provisão para não registo da associação LAMBDA. É uma questão de valores de pessoas. Há pessoas que não concordam com a homosexualidade, não aceitam as minorias sexuais e, sendo pessoas com bastantes poderes, simplesmente disseram que "nós não queremos que essa associação seja legalizada". Nada tem a ver com lei, apenas com pessoas bem posicionadas no nosso sistema. E, de lá para cá, submetemos queixa ao Tribunal Administrativo pois estamos numa violação da própria Constituição da República. Quando um ministério leva mais de 10 anos para responder um ofício, isso é grave. O pior é que nem sequer há uma resposta de indeferimento. Mas isso acontece porque as pessoas têm consciência que se indeferirem por escrito, estariam explicitamente a dizer "nós estamos a virar a constituição". O Tribunal Administrativo levou quase 5 (cinco) anos para responder e a resposta foi "recebemos o vosso processo mas a entidade que vos representa não tem legitimidade para vos representar". Depois de 5 anos! Pedimos apoio à Ordem dos Advogados que preparou o processo e nós submetemos. O Tribunal levou 5 anos para nos dizer que não devia ser a Ordem dos Advogados a tratar do processo. O Tribunal administrativo não julgou o assunto. Apenas disse que "o caminho que usaram não é o que deviam ter usado". Foi preciso 5 anos para dizer isso. Mas no meio disso, apesar de não haver o registo, sinto que Moçambique é um país tolerante. Tolerante porque a associação está a operar em todo o país e expandimos mais 36 distritos; ou seja, para além das capitais provinciais, temos mais 36 distritos. Temos boas relações com instituições de saúde, como o Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Combate ao Sida. Somos da linha da frente nas acções de combate ao HIV; somos convidados para eventos do governo, fazemos apresentações e, inclusive, há equipas de trabalhos regionais onde somos para representar Moçambique porque compreende-se que temos um papel na prevenção de HIV, sobretudo em assuntos de difícil alcance. Por um lado não temos esta questão de registo porque é um papel formal mas, por outro, há um reconhecimento de que temos um papel crucial pois damos uma resposta no que concerne ao HIV. Por conta disso, temos algum espaço para, pelo menos, poder trabalhar. Há dois anos, recebemos convite da Presidência da República e o convite veio até aqui. Nós tínhamos que sentar nas primeiras filas da frente, diante do Chefe de Estado. Isto significa que temos o problema de registo mas por outro lado temos espaço para trabalhar.

AJN: Em 2014 celebraram "semana gay", na cidade de Maputo. Em que consistiu a celebração?

RP: Há datas internacionais, por exemplo, temos o mês de Maio, que celebra-se contra homofobia, esse tratamento desigual ou cruel que é feito contra pessoas LGBT. Portanto há datas internacionais que comemora-se em todo o mundo e o que aconteceu foi a celebração de uma destas datas em Moçambique, que é mais para consciencializar os moçambicanos e chamada de atenção para juntos podermos construir um mundo mais inclusivo. Na altura eu ainda não estava na LAMBDA, mas já posso imaginar porque o nível de conhecimento que se tem sobre minorias sexuais é muito reduzido. Muitos de nós nascemos em ambientes que só pode se chamar de homens e mulheres, ponto final. Nós aprendemos que, no mundo, todas as pessoas são heterossexuais e ficamos nisso. Portanto há necessidade de fazer com que as pessoas tenham acesso à informação. Nós precisamos de ensinar pessoas que o mundo não é feito, apenas de pessoas heterossexuais. Deve imaginar que, de 2014 para cá, passam volta de 7 à 8 anos. O ensino, naquela altura, provavelmente, era muito diferente pelo que pode ter sido choque para algumas pessoas, devido à diversidade cultural, religiosa. Portanto pode ter sido choque para algumas pessoas mas para pessoas esclarecidas não houve choque algum. E, este movimento está a crescer. Está a crescer porque cada um no seu bairro, na sua casa, tem um homosexual, lésbica... Então, pouco a pouco vai ganhando consciência para começarmos a nos compreender melhor como sociedade e isso, de alguma forma, vai ajudar a construir um ambiente menos hostil.

AJN: Existe Associação Mulheres Jovens Líderes de Moçambique, uma Rede de Mulheres Jovens liderando iniciativas em prol dos direitos das Mulheres. Suas actividades consistem em mapear, visibilizar, unir e ampliar as vozes e contributos das Mulheres. Existe alguma articulação, tendo em conta que (também) advoga pelos direitos humanos, inobstante não especificar a questão LGBT?

RP: No nosso Plano Estratégico, temos um pilar chamado Sociedade Civil e esse pilar tem objectivo de assegurar que estejamos conectados com outras organizações que promovem defesa de direitos humanos. Pessoalmente, conheço a organização mas, neste momento, não temos nenhuma ligação formal. Mas sempre que for possível, nós celebramos contratos com organizações de sociedade civil, desde que tenhamos objectivos similares ou complementares, sobretudo no respeito pelos direitos humanos.

AJN: Tem havido alguns contactos de cooperação com algumas activistas que trabalham de forma particular, ou seja, aquelas que não estão inscritas em organizações ou aquelas da periferia, que (provavelmente) nem tenham nocção de feminismo, mas advogam pelos direitos humanos?

RP: Em termos de estratégia de actuação, nós trabalhamos com agentes comunitários, que são activistas. Esses activistas são nossos; fazemos formações sobre activismo. Neste momento temos volta de 240 a 247 ativistas espalhados pelo país. São esses que estão ali para fornecer os serviços. E uma das recomendações que damos é que "procurem, sempre, trabalhar com entidades de forma a facilitarem o vosso trabalho". Há uns anos, tínhamos uma iniciativa que chamávamos de "champions", que eram algumas personalidades, sobretudo, na música. Faziam publicidades, spots na área de LGBT. E, sempre que nós identificarmos alguém que queira juntar-se à nossa causa, é bem vindo.

AJN: No dia 30 de Novembro de 2021, a LAMBDA publicou, na sua página de Facebook (LambdaMoz), cujo conteúdo foi a descriminação da homosexualidade em Botswana. Nesse contexto, houve reações contra e à favor. Qual é o seu sentimento?

RP: Por um lado é um sentimento de alegria e satisfação pois algumas sociedades estão ganhando consciência sobre os direitos humanos. Por outro, é um sinal de que ainda persistem cidadãos rígidos, que não percebem que o movimento LGBT é pelos direitos humanos. Entretanto, nós vamos continuar a trabalhar para que haja alteração do comportamento social. Temos consciência que isso leva tempo mas pouco a pouco, iremos conseguir.

AJN: No dia 11 de Janeiro de 2022, publicou, novamente, alguma informação cujo conteúdo era a libertação de uma mulher transgénero, detida supostamente por questões de género, na província de Manica. Que mensagem transmite, a publicação?

RP: Como dissemos, algumas pessoas são homofóbicas. Tratava-se de uma mulher transgénero, detida apenas por ser transgénero. Foi uma privação de liberdade de um ser humano que não cometera nenhum crime. Ser transgénero não é nenhum tipo de crime. Portanto, decidimos partir para acção com vista à soltura daquela mulher inocente e conseguimos. A nossa mensagem foi de consciencialização humana sobre o género.

AJN: Considerando que as questões estruturais, nas comunidades recónditas, são muito acentuadas, como acha que a comunidade tem recebido a vossa mensagem?

RP: É um facto que tem essas questões de "zonas recónditas", entretanto a experiência tem nos mostrado o contrário. Temos muitas pessoas vivendo nos distritos, que expressam a sua identidade sexual normalmente. Portanto, ficamos com impressão de que o nível de descriminação tende a ser maior nas grandes cidades que nas pequenas vilas. E a razão por detrás disso é que nas pequenas zonas quase todas as pessoas conhecem-se. Então, se eu sei que em casa do tio João há um gay, eu conheço o nome. Portanto sei que é filho do tio

João. E como é filho de tio João, não tenho como apedrejá-lo pois o tio João conhece-me. Então torna-se uma comunidade em que todo o mundo conhece-se e protége-se, enquanto que nos grandes centros ninguém conhece ninguém pelo que é mais fácil apedrejar. Eu costumo dar exemplo comparativo de Nampula e Maputo. Maputo é a metrópole mas temos mais vibrações em Nampula. As pessoas saem e expressam-se normalmente. Então penso que nós, os moçambicanos, somos muito hospitaleiros. Moçambique não se compara, nem por perto, com outros países vizinhos que temos. Temos países onde ser LGBT pode significar uma sentença de morte.

AJN: Provenientes do uso de plataformas digitais, sobretudo do facebook, na sua opinião, que conquistas pertinentes a LAMBDA obteve no seu activismo?

RP: A Promoção da visibilidade da comunidade LGBT em Moçambique, pois com a expansão da Lambda para o nível nacional foi possível permitir que em todas as províncias do País, membros da comunidade LGBT pudessem ter espaços para interagir e auto apoiar-se. Acho que em Moçambique, hoje em dia, não é novidade falar de homosexualidade. Em todas as províncias, se formos a perguntar se sabem que existe LGBT, homosexualidade, muitos dirão que sim. Têm conhecimento que existe a comunidade de LGBT. Para mim esse é um dos ganhos que conseguimos através do facebook, porque canais de rádios, televisão... acarretam muitos custos e não teríamos capacidade de suportar. Mas o facebook, um pequeno video, texto, ajuda a partilhar com maior alcance a sociedade. Portanto estamos a contribuir para que a maior parte da sociedade tenha acesso à informação sobre os direitos humanos. Nós usamos muito as redes sociais e o facebook é uma ferramenta incontornável e, até posso dizer que a nossa página faz parte das mais vistas em Moçambique. Em 2020, numa eleição que foi feita, das páginas mais vistas, a nossa esteve nas primeiras cinco. E aí compreendemos que neste trabalho de activismo que estamos a fazer, 90% são jovens, e a forma de comunicação dos Jovens, hoje em dia, é pela internet. Portanto, nós aproveitamos o facebook para publicarmos as nossas mensagens. Normalmente, todos os dias temos uma publicação no facebook. Pode ser um artigo ou informações de algumas entidades. Sempre estamos lá.

AJN: Que dizer de possível paradoxo: por um lado o facebook para publicar e expandir as mensagens e, por outro, a possibilidade de ciclos de censura que contradizem as vossas mensagens?

RP: Nós temos um departamento de comunicação, cuja função é partilhar informações positivas. Claramente que, ao longo destes anos, já tivemos muitas pessoas que simplesmente entram na página para insultar, chamar nomes, ou seja para mostrar a sua homofobia. Mas não é nossa agenda. O nosso foco é partilhar informações positivas e

importantes para a sociedade. Nós começamos a capacitar agentes da polícia; começamos a fazer formação para funcionários de saúde; começamos a fazer formação para professores; começamos a fazer formação para juizes e outros actores das organizações da sociedade civil. Conscientes de que este conhecimento não é dominado por varias pessoas e, às vezes, algumas pessoas discriminam porque não sabem. E para que as pessoas saibam é preciso que tenham oportunidade de serem capacitadas. Eu me lembro que, certa vez, estavamos numa das formações com profissionais de saúde e, uma das funcionárias começou a chorar. Eu perguntei o que se passava. Ela disse que "muitas vezes, durante o trabalho já mandei embora alguém que vinham buscar serviços de saúde porque no BI (Bilhete de Identidade) da pessoa vinha um nome masculino entretanto a pessoa estava vestida de mulher. Eu, simplesmente, não atendi; mandei embora para que fosse trocar de roupa". Então, depois de passar por aquela formação compreendeu que a identidade de género é o que nos move; que aquela pessoa, apesar de possuir sexo masculino, ela identificava-se como uma mulher. O género é como ela identifica-se. Mas foi impedida de ter serviços de saúde. Aí voltou para casa com a enfermidade que lhe trouxe. E perdemos todos pois não voltará mais para aquele Centro de Saúde e vai passar a informação negativa para outras pessoas. E dizia "se eu tivesse tido esta formação, antes daquele episódio, a minha forma de atender seria muito diferente". E estas formações...é uma pena que tivemos limitações financeiras e não conseguimos fazer numa escala maior. E a experiência mostra que estas pessoas com capacidade têm sido nossos aliados. Outra experiência é de uma mãe que descobriu que o filho era *gay*. Levou o filho à polícia e disse "este meu filho anda com uns amigos *gays*, e esses amigos *gays* estão a transformá-lo". Falava no sentido de que os amigos do filho fizessem com que ele se identificasse como *gay*. Então, essa mãe foi meter queixa contra os amigos do filho. E calha que o oficial do dia que tomou a ocorrência era alguém que havia passado por uma formação nossa. Era um agente da polícia treinado. Começou a sensibilizar e explicar aquela mãe, que o seu filho não fora influenciado por ninguém a ser *gay*. Só tem aquela orientação sexual; que o facto de ter aqueles seus amigos não significa que estão a ensinar mas sim são seus pares e sente-se seguro estando com eles porque, provavelmente, compreendam-se. E a mãe saiu, de volta para casa, como seu filho. Portanto, isso é um dos impactos dessas capacitações que temos estado a fazer. Sobre a questão comunitária, já começamos a trabalhar com as comunidades. Estamos a capacitar e elas estão a tornar-se verdadeiras activistas. Estamos a apoiar as pessoas LGBT pois sofrem bullying e descriminação. Estamos fazendo o que podemos, mas temos consciência que ainda há muito trabalho por fazer.

AJN: A LAMBDA tem lançado concursos para contratação de pessoas, através da sua página no Facebook. Como tem articulado com a necessidade de empoderamento económico,

social sobretudo das pessoas integrantes na associação, tendo em vista a questão interseccional de activistas?

RP: A questão do empoderamento económico é um grande desafio para as pessoas vítimas de descriminação e porque, infelizmente, muitas das integrantes da comunidade LGBT não conseguem estudar e concluir o nível secundário. São bullyings que sofrem nas escolas; são bullyings que sofrem na comunidade e, por vezes, nas famílias onde residem. Portanto é difícil avançar até terminar o ensino secundário. E nós sabemos que se alguém não consegue concluir o ensino secundário, as chances de ter emprego formal, também, ficam reduzidas. E isso é preocupante. Há um estudo que fizemos, há dois anos, e provou que há problemas muito sérios no acesso ao emprego e, agora, no Plano Estratégico, decidimos criar parcerias com instituições de formação profissional, para que tenham oportunidade de formar-se e, portanto, poderem produzir a sua própria renda. E este ano começamos com o piloto; vamos treinar uma equipa de 12 pessoas, em empreendedorismo. Depois, com apoio dos nossos parceiros, vamos financiar pequenas iniciativas para ver se, a partir daí, as pessoas possam estabelecer pequenos negócios. Por um lado, vão gerar renda e, por outro, quiçá podem criar renda para outras pessoas. Portanto, se nós inciarmos com esse piloto este ano, vamos ver no que vai dar e veremos se, seguidamente, poderemos dar em uma escala maior. Falando das vagas que lançamos, nós somos uma comunidade LGBT mas no recrutamento não limitamos nas pessoas LGBT. Para um gestor de recursos humanos, identificamos as competências que um gestor de recursos humanos deve ter. Definimos os critérios e colocamos o anúncio no jornal. Falando nisso, estamos a fechar um processo de recrutamento e o que estamos a avaliar são as competências técnicas. É verdade que, quando trata-se de posição de activistas é preciso que seja de pares, devido à natureza do trabalho pois o objectivo é alcançar pessoas LGBT. Mas para posições meramente técnicas, optamos pela meritocracia.

AJN: Quais são os desafios e perspetivas da LAMBDA, mediante o advento de plataformas digitais, sobretudo de redes sociais?

RP: Um dos grandes desafios da LAMBDA é o acesso a educação, saúde e a aceitação social da comunidade LGBT: Infelizmente as escolas tendem a não ser locais seguros e inclusivos para com as pessoas LGBT por causa de situações de bullyng e discriminação perpetrada tanto pelos demais estudantes, bem co o por alguns professores e a consequência imediata tem sido os altos níveis de desistência da comunidade LGBT. Outrossim, o acesso aos serviços de saúde por parte da comunidade LGBT tem sido um outro desafio devido ao facto de o próprio ambiente hospitalar muitas vezes não se mostrar bastante acolhedor para com as pessoas LGBT que geralmente são vistas de forma diferente das demais pessoas que frequentam as unidades sanitárias e por outras vezes o nível de preparação dos próprios profissionais de saúde tem sido motivo para maus tratos, o que desmotiva a procura destes

serviços. Nos últimos anos tem havido algum esforço das autoridades de saúde para o treinamento dos profissionais de saúde para que possam oferecer atendimento amigável, mas dava a vastidão do serviço o processo levará ainda algum tempo para que sejam formados todos os profissionais de saúde. Temos que salientar, também, que a sociedade moçambicana tem enraizado valores heteronormativos, o que faz com que não se abra muito espaço para a aceitação das pessoas da comunidade LGBT. Por não se encaixarem nesta definição heteronormativa e como consequência deste aspecto, muitas das pessoas da comunidade LGBT não são facilmente aceites nas zonas onde vivem e inclusive há situações de pessoas expulsas do convívio familiar onde em principio deveria ser o local mais seguro para uma pessoa LGBT. O covid nos ensinou, de facto, que as tecnologias são muito importantes. Portanto, vamos continuar a aprimorar as nossas estratégias para que a nossa mensagem ou seja, a mensagem dos direitos humanos chegue à toda a sociedade. Infelizmente há muita desinformação, mas vamos continuar a difundir mensagens correctas e educativas. Vamos continuar a fazer com que as pessoas sintam que devem ser o que, realmente, elas são. Temos muita gente que leva uma vida de faz de conta, temendo perder sua posição social, descriminação, emprego entre outros males. Então nós vamos continuar para que a sociedade compreenda que cada um é como é e o mais importante é o respeito mútuo entre as pessoas. Vamos continuar a tratar do registo. Já tivemos encontros com várias personalidades, inclusive com antigos ministros da área de justiça. Muitos deles disseram “é melhor continuarem a fazer o vosso trabalho porque está mais que claro que esse assunto é mais político do que técnico”. Eu lembro-me que alguém disse “olhe, eu já estive naquela cadeira de ministro e, se dependesse de mim, já teria legalizado. Mas não me deixaram fazer isso”. Os políticos têm a sua lógica, não é?. Mas nós vamos usar todos os dispositivos legais para alcançar os nossos objectivos. Não sei se, daqui há cinco anos, darão resposta, mas não iremos desistir. E eu estou muito optimista porque estamos a conseguir levar os serviços até onde precisam. As pessoas estão a ter acesso à informação, ao apoio psicológico, à assistência jurídica. Isso é muito importante. Ano passado, eu levei 1000 (mil) pessoas para assistência em saúde e temos consciência que estamos a ajudar o próprio Ministério da Saúde a ter bom desempenho.

AJN: Algumas considerações finais?

RP: A falta de registo contribui negativamente. Por exemplo, podemos adquirir uma viatura...como registar? Tem de ser outra entidade a registar. Um imóvel...será em nome de quem? De um membro? Do presidente? Fica muito complicado. Portanto há um pouco de constrangimento administrativo. Mas temos estado a encontrar alternativas para continuar com o nosso trabalho. O Quinto Plano Estratégico Nacional para o Combate ao HIV. A LAMBDA fazia parte do Comité Director, que é uma equipa de âmbito estratégico que definia aquilo que eram os caminhos que deveriam ser seguidos. A LAMBDA está lá como

uma organização que colaborou para o sucesso na elaboração do documento. Portanto por um lado há um reconhecimento que a LAMBDA é uma organização importante para ajudar o governo a alcançar metas que assumiu em compromissos internacionais. Então sabe-se que é importante que nós estejamos ali para dar aquilo que é o nosso contributo. Eu costumo dizer que...eu acho que isso é muito mais importante do que o papel porque nós estamos a conseguir assegurar que as pessoas tenham acesso aos serviços. Estamos a conseguir que as pessoas tenham acesso aos testes, acesso aos preservativos, tratamento antiretroviral... damos melhor vida a estas pessoas. Então, mesmo sem registo, se estamos a conseguir fazer isto, é muito bom. Vamos continuar a lutar pelo registo porque é uma questão simbólica e pode, de alguma forma, inibir muitas situações de LGBT pois podem pensar que, se o governo não regista significa que não aceita pessoas LGBT em Moçambique. Portanto, vamos continuar a lutar pelo registo mas decidimos direccionar nossas energias para a provisão de serviços.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, sendo recorte de uma tese em curso, ou seja, não tratando-se de um trabalho encerrado e com verdades absolutas, não nos é fácil concluir; apenas tecemos algumas considerações, fazendo abordagem das suas principais conclusões e recomendamos futuros estudos, com maior profundidade.

Como explicamos, o percurso da presente pesquisa procuramos analisar o processo de apropriação das plataformas digitais, pelo movimento feminista, no âmbito de promoção de seu activismo em Moçambique.

Outrossim, compreendemos que o movimento feminista surge em protesto contra as desigualdades sociais e assumiu algma dinámica tanto devido à heterogeneidas de activistas componentes ao respectivo movimento, em relação ao género (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgéneros...), à raça (branca, negra) e à classe social (pobre, rica, analfabeta, periférica...) assim como ao advento das redes sociais, com base da internet. Essa dinámica social e tecnológica implicou a necessidade de reinvenção do activismo feminista, num processo que obrigou a apropriação das plataformas digitais, por meio das redes sociais.

Não há dúvidas que, ao falarmos do movimento LGBTQ+ remetêmo-nos no campo de sexualidade. De facto, é um campo que vem sendo discutido em diversos lugares e de várias formas.

Não obstante a Constituição da República de Moçambique advogar pela igualdade de direitos entre todos os cidadãos moçambicanos (Artigo 35), a homosexualidade ainda não é legalmente permitida pois não há leis contra LGBTfobia. Por outro lado, as pessoas homoafectivas não podem casar-se pois a lei da família define casamento como sendo "a união voluntária e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir

família, mediante comunhão plena de vida (Artigo 7)". Neste sentido, estamos perante um acto resultante de acordo mútuo entre um homem e uma mulher, ou seja, de pessoas sexualmente diferentes.

Aliás, o próprio princípio da igualdade do género, consagrado pela Constituição da República de Moçambique, segundo o qual "o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural" (Artigo 36), demonstra-se na perspectiva bipolar, limitado-se em dois géneros: masculino e feminino. Desta forma, ao assumirem casamento, estaríamos perante sexualidade revolucionária, tendo em vista que rompe os padrões sociais.

Entendemos que o activismo LGBT tem em vista a busca de consciencialização social para a recuperação dos direitos humanos das pessoas LGBT. Compreendemos, também, que no seu activismo, o movimento LGBT "bate-se com um muro LGBTfóbico" institucionalizado, segundo o qual todas as pessoas devem encaixar-se aos padrões heterosexuais, e, trata-se de uma institucionalização estrutural e cultural desse preconceito pois a sociedade moçambicana está organizada de forma a construir pensamentos e saberes sistematicamente LGBTfóbicas e as pessoas LGBT são vistas como anormais, doentes, possuídas por demónios e com aberrações aos "bons costumes" da sociedade.

Portanto, acreditamos que esse preconceito, que não deixa espaço social para as identidades LGBT, tende à desctiminação, causada por má formação de opinião e construções de padrões LGBTfóbicos.

Outrossim, podemos fundamentar algumas considerações adicionais pertinentes, como já havíamos salientado, pelo facto de o presente texto abordar o feminismo olhando para LGBTfobia, resistências e ativismos no âmbito de sexualdade e lazer revolucionários, sobretudo pelo seu rompimento de padrões sociais, caracterizadas pela concepção bipolar do género.

Da revisão de literatura crítica, conjugada com a entrevista aplicada, numa conversa que durou cerca de duas horas, no dia 24 de Janeiro de 2022, na sala de reuniões da Associação, as informações recolhidas levaram-nos a compreender que o activismo LGBT tem em vista a busca de consciencialização social para a recuperação dos direitos humanos das pessoas LGBT, ou seja, quebrar as regras naturalizadas que consistem na LGBTfobia, exluindo socialmente e reduzindo os seus direitos de acessibilidade aos espaços públicos, entre outras formas de discriminação.

Não obstante, uma das considerações da nossa pesquisa, é facto de o movimento LGBT em Moçambique apropriar-se das plataformas digitais, no seu activismo, usando o Facebook como uma rede social com poder de não só possibilitar a quebra de barreiras geográficas, como também e sobretudo permitir um feedback permanente dos membros das organizações activistas e a sua articulação com a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia, 2006.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Plural Editores. 2006.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 10/2004 de 25 de Agosto.

Recebido em 14/11/2022
Aceito em 23/02/2023